# Lei Nº 169 de 28 de Novembro de 1977

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Beberibe para o exercício financeiro de 1978 e dá outras providencias.

A Câmara Municipal de Beberibe Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O orçamento do Município de Beberibe, para o exercício financeiro de 1978, estima a Receita em Cr.$ 7.649.300,00 (Sete milhões, Seiscentos e Quarenta e nove mil e Trezentos Cruzeiros) e a Despesa fixada em igual valor.

Art. 2º - A Receita será realizada como produto do que for arrecadado na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes do anexo 2, de acordo com o seguinte desdobramento:

| | |
|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | Cr$ 4.960.030,00 |
| Receita Tributaria | Cr$ 930.270,00 |
| Receita Patrimonial | Cr$ 30.090,00 |

| | |
|---|---|
| Receita Industrial | Cr$ 20.150,00 |
| Transferências Correntes | Cr$ 3.791.760,00 |
| Receitas Diversas | Cr$ 187.660,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | Cr$ 2.689.270,00 |
| Alienação de Bens Móveis e Imóveis | Cr$ 20.000,00 |
| Transferências de Capital | Cr$ 2.668.270,00 |
| Outras Receitas de Capital | Cr$ 1.000,00 |
| TOTAL GERAL | Cr$ 7.649.300,00 |

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos Anexos I - (Quadro A), I (Quadro B) e II - (Quadro A), conforme o seguinte desdobramento:

| | |
|---|---|
| Legislativa | Cr$ 140.000,00 |
| Administração e Planejamento | Cr$ 1.681.500,00 |
| Agricultura | Cr$ 71.000,00 |
| Comunicações | Cr$ 200.000,00 |
| Educação e Cultura | Cr$ 1.779.000,00 |
| Energia e Recursos Minerais | Cr$ 100.000,00 |
| Habitação e Urbanismo | Cr$ 915.700,00 |
| Indústria, Comércio e Serviços | Cr$ 183.000,00 |
| Saúde e Saneamento | Cr$ 823.000,00 |
| Assistência e Previdência | Cr$ 688.100,00 |
| Transporte | Cr$ 610.000,00 |
| Reserva de Contingência | Cr$ 450.000,00 |
| TOTAL GERAL | Cr$ 7.649.300,00 |

Art. 4º - A fim de se obter, na execução deste Orçamento, o necessário equilíbrio, fica o Chefe do Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da Receita e a realizar, durante a execução orçamentária, operações de créditos por antecipação da Receita,

até o limite previsto na Constituição e demais Legislações vigente.

Art. 5º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a

I - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 100 % (Cem por Cento) de cada dotação orçamentária, para os fins e mediante a utilização dos recursos a seguir indicados:

a) atender programas financiados por Receitas com destinação específica utilizando como recurso o superavit da respectiva receita;

b) atender insuficiência nas dotações, utilizando como recurso as disponibilidades caracterizadas no Art. 43, parágrafo 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º O Chefe do Executivo Municipal, através de Decretos, fará o Detalhamento da Despesa por Elementos de Gastos, das Atividades e Projetos, constantes dos anexos desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1978, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Belmonte, em 28 de novembro de 1977.

Elbina ... Prefeito Municipal

Eu Maria José Mendes Militão, fiz este registro, certifiquei no projeto original e publiquei no lugar de costume